



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2023.**

**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2023 (EVENTO [1019222](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0003344-58.2022.6.22.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 14/2023 (LEI N. 8.666/1993)**

**TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI FAZEM  
O TRE-RO E A EMPRESA SATGURU  
VIAGENS LTDA, REFERENTE AO  
CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE  
PASSAGENS AÉREAS, PARA ATENDER  
AS NECESSIDADES DO TRE-RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF \*\*\*.106.849-\*\*, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **SATGURU VIAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 36.063.106/0001-81, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 1912, Térreo, Loja 122, bairro Jardim Paulistano, CEP: 01.451-000, em São Paulo/SP, Telefone(s): (11) 3097-8560 / (11) 95816-2135/ (11) 91359-6666, E-mail(s): [comercial.licita@satgurutravel.com.br](mailto:comercial.licita@satgurutravel.com.br) / [vijay.solanki@satgurutravel.com.br](mailto:vijay.solanki@satgurutravel.com.br), neste ato representada pelo senhor **VIJAY VINODBHAI SOLANKI**, indiano, portador da Cédula de Identidade RNE V\*\*\*686-R/DPF e do CPF n. \*\*\*.3\*9.528-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no **DESPACHO Nº 1106 / 2023 - PRES/DG/GABDG**, de 22/09/2023 (evento [1063160](#)), celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto registrar o **acréscimo contratual no percentual de 25%** (vinte e cinco por cento) **sobre o valor do Contrato n. 11/2023**, correspondente ao valor de R\$ 84.312,18, em face da necessidade de manter a continuidade dos serviços de fornecimento de passagens aéreas, conforme indicado na MANIFESTAÇÃO Nº 407/2023 - PRES/DG/SGP/GABSGP (evento [1053336](#)).

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Em decorrência do acréscimo registrado na Cláusula Primeira deste instrumento, **o presente Termo Aditivo é no valor total de R\$ 84.312,18 (oitenta e quatro mil trezentos e doze reais e dezoito centavos)**, conforme resumido abaixo:

Valor do Contrato	25% do valor do Contratado
337.248,72	84.312,18

**Subcláusula Primeira** - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, consoante Notas de Empenhos (reforços) ns. 2023NE000292 (evento [1065210](#)), 2023NE000294 (evento [1065214](#)), 2023NE000295 (evento [1065215](#)) e 2023NE000315 (evento [1065217](#)), a serem reforçadas durante a vigência contratual, caso necessário.

**Subcláusula Segunda** - O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (art. 125 da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ 337.248,72.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 65, I, “b”, e seu § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, Subcláusula Segunda, do Contrato originário (acréscimo).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE e no Diário Oficial da União - DOU, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, setembro de 2023.

**LIA MARIA ARAÚJO LOPES**  
Pelo CONTRATANTE

**VIJAY VINODBHAI SOLANKI**  
Pela CONTRATADA



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva

CPF: \*\*\*.849.102-\*\*

Testemunha

Luciano da Silva Santos Braga

CPF: \*\*\*.434.482-\*\*

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/09/2023, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIJAY VINODBHAI SOLANKI, Usuário Externo**, em 09/10/2023, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/10/2023, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 09/10/2023, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1065326** e o código CRC **DEA3EE63**.

0003344-58.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COTEP.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Acréscimo e Minuta Termo Aditivo - Prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas - Contratada: SATGURU VIAGENS LTDA.

**PARECER JURÍDICO Nº 202 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa SATGURU VIAGENS LTDA, para a prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O ajuste está materializado no Contrato Administrativo nº 11/2023 ([1019222](#)), celebrado em 07/06/2023 com prazo de vigência de 12 meses a partir dessa data.

**02.** Por meio da Informação nº 55/2023 ([1050129](#)), O Coordenador da COTEP alertou o titular da Secretária de Gestão de Pessoas acerca do expressivo valor executado em menos de três meses de vigência do contrato, noticiando que já fora executado 61% do valor contratado, com 78% do orçamento previsto. Justificou esse quadro pela alta dos preços das passagens decorrente da redução de voos para o Estado de Rondônia e, também, pelo aumento do número de deslocamentos. Assim, não obstante a possibilidade de suplementação orçamentária, registrou a necessidade de aditamento do contrato em 25% (vinte e cinco por cento), embora prevendo que não será suficiente para suportar a demanda até o fim da vigência do contrato.

**03.** Cientificado da situação, o Secretário da SGP, no Despacho nº 418/2023 ([1050333](#)), encaminhou o feito à Diretoria-Geral para análise da situação. Após, solicitou à COTEP a elaboração de demonstrativo de 25% do valor contratado para realização de aditivo contratual ([1052944](#)), demonstrado na Informação nº 57 ([1053322](#)).

**04.** Assim, na Manifestação nº 407/2023 ([1053336](#)) o titular da SGP se manifestou favorável ao aditamento de 25% do Contrato nº 11/2023, equivalente a **R\$ 84.312,18** (oitenta e quatro mil, trezentos e doze reais e dezoito centavos) e encaminhou os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**05.** Pelo Despacho nº 1944/2023 ([1053688](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou o processo à COTEP/SGP para indicação da fonte orçamentária, à COFC para reforço do empenho, se necessário, à SECONT para elaboração de minuta de aditivo contratual e, por fim à esta Assessoria Jurídica.

**06.** Informada a fonte orçamentária ([1055729](#)), o Coordenador da COFC noticiou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário do exercício ([1055784](#)) e, assim, veio ao processo a comprovação da programação orçamentária (eventos [1055887](#), [1055889](#), [1055891](#)), oportunidade em que registrou-se que a despesa pretendida encontra-se adequada e compatível com a legislação orçamentária.

**07.** Por fim, a SECONT trouxe ao processo a minuta do termo aditivo para o registro do ato ([1061240](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria. **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº [0003344-58.2022.6.22.8000](#)) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

**09.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**10.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III – DA ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 DO ACRÉSCIMO DO VALOR DO CONTRATO**

**11.** A prerrogativa de alteração unilateral do contrato encontra previsão expressa no art. 65 da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*I - unilateralmente pela Administração:*

*(...)*

*b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;*

*(...)*

*§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)*

**12.** De igual forma o **Termo de Referência n. 10/2023 – GABSGP (1003796)** - anexo ao edital do certame por meio do qual operou-se a contratação - registra expressamente como deveres e responsabilidade da contratada:

#### ***10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO***

*10.34. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.*

**13.** Da mesma forma, o Contrato nº 11/2023 ([1019222](#)), prevê expressamente a possibilidade de alteração unilateral do contrato na Cláusula Decima Primeira, Subcláusula Segunda, senão vejamos:

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – *Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.*

*(...)*

**Subcláusula Segunda** – *A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.*

*(...)*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.** Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as informações prestadas pelo titular da SGP, descritas na sua Manifestação nº 407, de 28/08/23 ([1053336](#)), reproduzidas, no que relevante, no relatório deste parecer, que consistem, em suma, na necessidade do **acréscimo de 25% do valor do contrato, equivalente a R\$ 84.312,18** (oitenta e quatro mil trezentos e doze reais e dezoito centavos) como forma de manter os serviços de fornecimento de passagens aéreas, tidos como de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como para prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos.

**15.** Nessa linha, comprovada ainda a indicação da fonte orçamentária para o suporte da despesa, verifica-se que o ato pode ser autorizado com fundamento no **art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Subcláusula Segunda da Cláusula Decima Primeira do Contrato nº 11/2023** ([1019222](#)).

### **3.2 DA MINUTA DO TERMO ADITIVO Nº01**

**15.** Destaca-se que a minuta do Termo Aditivo nº 1 ao contrato originário juntada ao processo pela SECONT no evento [1061240](#), registra na CLÁUSULA PRIMEIRA o referido acréscimo do percentual de 25% sobre o valor do Contrato nº 11/2023, correspondente a R\$ 84.312,18 (oitenta e quatro mil trezentos e doze reais e dezoito centavos); na CLÁUSULA TERCEIRA o fundamento legal e contratual para a prática do ato e, ainda, na CLÁUSULA QUARTA a ratificação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**16.** Destarte, a referida minuta, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV – DA CONCLUSÃO**

**17. Pelo exposto**, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Manifestação nº 407/2023 - SGP ([1053336](#)), com fundamento no **art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Subcláusula Segunda da Cláusula Decima Primeira do Contrato nº 11/2023** ([1019222](#)).

Conforme já apontado no **item 06 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e **comprovação da disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo da despesa pretendida** ([1055887](#), [1055889](#) e [1055891](#)).

**18. Para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da Minuta de Termo Aditivo n. 1/2023 ao Contrato Administrativo n. 11/2023, juntada ao processo no evento ([1061240](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Steele Góes, Estagiário**, em 18/09/2023, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 18/09/2023, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1061352** e o código CRC **51A59318**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP

ASSUNTO: Acréscimo ao objeto contratual - Contrato Administrativo n. 11/2023 - Prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas.

**DESPACHO Nº 1106 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação operou-se a contratação da empresa SATGURU VIAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 36.063.106/0001-81, com intuito de atender a prestação de serviços de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone), com valor total estimado de **R\$ 337.248,72** (trezentos e trinta e sete mil duzentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos), pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, ajuste que se encontra em plena vigência.

Nos termos da Informação n. 55/2023- COTEP ([1050129](#)), a unidade gestora da contratação pleiteia o **acréscimo de 25%** ao valor inicial do contrato, que corresponde a R\$ 84.312,18 (oitenta e quatro mil trezentos e doze reais e dezoito centavos) ([1053322](#)), tendo em vista ter sido executado cerca de 61% (sessenta e um por cento) do valor contratado no período de três meses de vigência, também atingido o percentual de cerca de 78% (setenta e oito por cento) em relação ao orçamento previsto, considerando o saldo remanescente após os atuais empenhos emitidos e as demandas ainda previstas para execução.

De posse dos autos, o Secretário de Gestão de Pessoas, manifestou-se favorável ao aditamento pretendido no Contrato n. 11/2023 ([1019222](#)), nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93 e Subcláusula Quinta da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, ambas do referido instrumento contratual ([1053336](#)).

Em seguida, remeteu o feito à COTEP para indicação da fonte orçamentária para arcar com a pretensa despesa, à COFC para, se



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessário, efetuar o reforço do empenho, à SECONT para elaboração da minuta do Termo Aditivo e a AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico ([1053688](#)).

Em cumprimento à determinação do titular da SAOFC, a COTEP juntou ao evento n. [1055729](#) informação acerca da fonte orçamentária para suporte ao acréscimo de 25% pretendido, a SPOF junto aos eventos n. [1055887](#), [1055889](#) e [1055891](#) as programações orçamentárias, certificando que as despesas pretendidas pela Administração estão adequadas e compatíveis, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual, havendo compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes. A SECONT juntou minuta de Termo aditivo ao evento n. [1061240](#), com o acréscimo contratual pleiteado, remetendo o feito a AJSAOFC ([1061241](#)).

A AJSAOFC exarou o parecer jurídico n. 202/2032 ([1061352](#)), opinando, em síntese, pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, com fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93 e, ainda, na Subcláusula Segunda da Cláusula Decima Primeira do Contrato nº 11/2023 ([1019222](#)), aprovando, por fim a minuta do termo aditivo juntada no evento n. [1061240](#).

Considerando os termos opinados pela unidade gestora, bem como das razões expostas no parecer jurídico n. 202/2032 ([1061352](#)), a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do acréscimo pretendido do valor do contrato nº 11/2023 ([1019222](#)) uma vez que se encontra dentro dos limites legais ([1062243](#)).

Assim, vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Conforme relatado, no presente caso, a Administração pretende operar um acréscimo no contrato nº 11/2023 ([1019222](#)), em razão de medida de segurança considerando o histórico de empenhos já emitidos, tendo em vista já haver sido executado cerca de 61% (sessenta e um por cento) do valor contratado no período de três meses de vigência, sendo, também atingido o percentual de cerca de 78% (setenta e oito por cento) em relação ao orçamento previsto. Hipótese permitida pelo **art. 65, inciso I, alínea “b” da Lei n. 8.666/93:**

Seção  
Da Alteração dos Contratos

III

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei **poderão ser alterados**, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual **em decorrência de acréscimo** ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; (grifei)

Uma vez identificado o tipo de alteração, passa-se a análise dos limites quantitativos a que os tipos de alterações estão submetidos, encontrando a matéria regramento nas disposições expressas no § 1º do art. 65, nos seguintes termos:

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:  
(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

I - (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

(...)

Da leitura do texto normativo supra, extrai-se que em se tratando de alterações ou supressões quantitativas é necessária a obediência ao **limite máximo ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato ou instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, no caso sob análise, Contrato Administrativo nº 11/2023 ([1019222](#)).

O **acrécimo** que ora se pleiteia será no montante de **R\$ 84.312,18 (oitenta e quatro mil trezentos e doze reais e dezoito centavos)** ([1053322](#)), equivalente a **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato em vigor no valor de **R\$ 337.248,72** (trezentos e trinta e sete mil duzentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos), portanto, dentro do limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93, conforme acima citado, também expressamente registrado na Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 11/2023 ([1019222](#)).

Observa-se, ainda, que o acréscimo pleiteado faz-se necessário como medida de segurança, considerando o saldo remanescente de 39% do referido contrato após os atuais empenhos emitidos e as demandas ainda previstas para execução de viagens para cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), treinamentos, reuniões



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos.

No que diz respeito ao **aspecto orçamentário**, o valor do referido aditivo, conforme já relatado há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e **comprovação da disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo da despesa pretendida** ([1055887](#), [1055889](#) e [1055891](#)).

De modo geral, feitos os registros acima, verifica-se que o acréscimo pretendido poderá ser efetivado com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, todos da Lei nº 8.666/93 e na Subcláusula Segunda da Cláusula Decima Primeira do Contrato nº 11/2023 ([1019222](#)).

Destarte, não há óbice legal para efetivação das modificações unilaterais instrumentalizadas na minuta de Termo Aditivo nº 1 ([1061240](#)) já aprovada pela AJSAOFC, em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, registrando-se que deverão ser mantidos os demais termos e condições pactuados, observadas todas as condições e prazos constantes no instrumento originário.

Por fim, considerando todo o histórico das execuções contratuais envolvendo a Prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, registra-se a **necessidade da unidade gestora e fiscalizadora do contrato (COTEP), efetuar estudos específicos acerca da possibilidade de alteração da forma de contratação pretendida para o objeto contratado**, tendo em vista, o dever de perseguição da seleção da contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

Diga-se isso, tendo em vista que o gestor público deve sempre ter em mente que a contratação vantajosa é aquela que reflete o **melhor gasto pela Administração Pública**, sendo que o “melhor gasto” deve gerar economia aos cofres públicos, e proporcionar **eficiência e qualidade** aos serviços, o que de acordo com a informação do gestor do contrato, juntada ao evento n. [1052191](#), o mesmo objeto poderia ser satisfeito com opção de preço cerca de 40% (quarenta por cento) inferior ao valor entregue pela contratada em cada bilhete de passagem.

Em que pese os esclarecimentos apresentados pela contratada, constantes do evento n. [1052192](#), acerca de toda metodologia de aquisição do objeto para repassar a esta Administração, verifica-se que, em



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pesquisas superficial acerca da matéria voltada a aquisição do objeto da presente contratação, existem metodologias mais vantajosas e que podem ser adotadas nesta Administração para que seja alcançado o objetivo almejado.

A título de exemplificação, verifica-se a eventual adoção da modelagem de compra de passagens diretamente de empresas aéreas pelo poder público, mediante credenciamento, que embora não haja previsão legal expressa, o entendimento acerca da legalidade do tema vem sendo retomado judicialmente, tendo em vista que o habitual modelo de contratação realizado pelos órgãos e entidades públicos não se apresenta como o mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que demanda maior fiscalização das agências de viagens e de seus sistemas; contém pouco grau de automação dos procedimentos; não dá garantias à Administração de que o serviço é prestado com agilidade, transparências e economia nas compras; e exhibe o poder público a riscos de ocorrências de irregularidade e fraudes”, e o credenciamento para compra direta proporciona substancial agilidade e economia para os cofres públicos.

Por todo exposto, com amparo no inciso II do art. 1º da Portaria 66/201//GP:

**1 - AUTORIZO o acréscimo de R\$ 84.312,18 (oitenta e quatro mil trezentos e doze reais e dezoito centavos)** correspondente ao percentual de **25%** (vinte e cinco por cento) sobre o valor do Contrato nº 11/2023 ([1019222](#)), com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93, na Subcláusula Segunda da Cláusula Decima Primeira do Contrato nº 11/2023 ([1019222](#)), a ser formalizado por meio de termo aditivo; e

**2 - DETERMINO** a adoção de medidas por parte da unidade gestora do contrato, para desencadeamento de estudos acerca de nova metodologia para contratação do objeto em futuros certames, visando garantir maior eficiência e qualidade na contratação com fim de gerar maior economia aos cofres públicos e se adequar ao orçamento disponível.

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 22/09/2023, às 17:39, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1063160** e o código CRC **AA3184E2**.

---

0003344-58.2022.6.22.8000